

Verdade e conformidade na gnosiologia e metafísica tomasiana

Truth and conformity in Tomasian gnosiology and metaphysics

Taís Teixeira Guerra

Graduanda em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

tguerra.tais@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/7727915627255599>

Resumo

Este texto investiga o clássico conceito de verdade como *adequatio* a partir da gnosiologia e metafísica de Tomás de Aquino, tecendo algumas considerações sobre a primeira questão do *De Veritate*, a fim de destacar o fundamento ontológico do conhecimento no conceito e algumas implicações para o cognoscente humano. Para isso considera-se inicialmente sua situação no estudo gnosiológico-metafísico da tradição filosófica realista. Após, comentamos a primeira questão da obra sob essa ótica e refletimos sobre o cognoscente humano na relação entre realidade do ser e conhecimento da verdade, a partir do juízo cujo pressuposto está na conformidade do intelecto e da coisa.

Palavras-chave: Verdade. *Adequatio*. Tomás de Aquino

Abstract

This text investigates the concept of truth as *adequatio* from the gnosiology and metaphysics of Thomas Aquinas, making some considerations on the first question of *De Veritate*, in order to highlight the ontological foundation of knowledge in the concept and some implications for the human cognizer. For this, knowledge is initially considered in the gnosiological-metaphysical study of the realistic philosophical tradition. Afterwards, we analyze the first question of the work from this perspective and study the human cognizer in the relationship between the reality of being and knowledge of the truth, based on the judgment whose presupposition is the conformity of intellect and thing.

Keywords: Truth. *Adequatio*. Thomas Aquinas



Gnosiologia, metafísica e a verdade como *adequatio*

O pensamento filosófico desenvolvido na filosofia medieval clássica sobre o conhecimento estava propriamente em referência à capacidade humana de conhecer. Pensava-se e expunha-se uma gnosiologia, de modo geral, subordinada aos problemas metafísicos da realidade do ser. O conhecimento, portanto, nesta tradição, voltava-se à apreensão deste.

Na continuação de um dos principais problemas filosóficos discutidos desde a antiguidade, os filósofos medievais consideravam, de modo geral, que a verdade não procederia das coisas mutáveis e contingentes, por isso, ao ser humano, caberia o papel de conhecer para além da aparente mutabilidade a essência estável. Contudo, dada a percepção da incapacidade humana para tanto, e a evidente falibilidade dos sentidos, as respostas entre os filósofos cristãos até então, como Agostinho de Hipona, relacionavam-se à iluminação divina.

Tal visão admitia a ausência de relação entre a *species* inteligível – ou o conceito no ato de inteligir – e a coisa atualmente existente, como pensou Mateus de Aquasparta (GILSON, 2006), daí concordar que o conhecimento não dependeria da existência das coisas e afirmar a necessidade de recorrer à teologia para isso. O objeto do conhecimento seria, então, “o conceito da essência relacionada ao seu modelo divino” (Ibidem, p. 309), em referência às ideias divinas.

Nesse contexto, ainda segundo Gilson (2006), Duns Escoto e Tomás de Aquino contribuem na reabilitação da ordem do sensível, e este último, retomando os conceitos de ato e potência do pensamento aristotélico, reafirma a sensibilidade como o primeiro contato com a realidade, seguida da abstração¹ das formas inteligíveis capaz de apreender a essência ou quiddidade das coisas.

É conveniente considerar a relação entre o conhecimento humano e a realidade última dos seres, já que toda a tradição de base aristotélica afirmava a primazia da existência da coisa no que diz respeito à falsidade ou verdade das proposições, seguindo a clássica afirmação de Aristóteles da verdade como concordância entre *logos* e ser presente no livro Γ de sua *Metafísica* (7 1011b26-27), para a qual a proposição verdadeira é aquela que diz que “o que é é, e que o que não é não é”.

Tendo isso por base e assumindo a posição do que se convencionou chamar de realismo moderado², Tomás de Aquino dá suas contribuições à discussão sobre a verdade na filosofia

¹ Na gnosiologia tomasiana, a abstração é uma operação realizada pelo intelecto por meio da qual se entende *o que é* a coisa, a essência específica comum, acessando, assim, o universal a partir do singular. No capítulo II de *O ente e a essência*, Tomás de Aquino procura compreender a essência nos seres individuais, explicando os conceitos basilares que constituem sua teoria da abstração.

² No contexto da questão dos universais na filosofia escolástica medieval, o realismo moderado defendia a existência das coisas singulares fora da mente, considerando nelas a presença do universal com outro modo de ser que no intelecto,



medieval. Ele concorda com outros filósofos de seu período sobre a primazia da realidade no conhecimento, mas atribui um papel mais ativo ao intelecto. Em síntese, concordando com a definição atribuída a Isaac Israeli, a verdade seria a adequação da coisa e do intelecto, em referência tanto à noção de ente quanto ao conhecimento intelectual.

Mesmo na filosofia moderna, apesar do histórico de críticas ao realismo principalmente a partir de Descartes, Sproviero (1999) encontra na formulação da concepção semântica da verdade de Tarski um resgate desta clássica concepção de verdade como *adequatio*, mais próxima, segundo ele, ao uso real do termo ‘verdadeiro’: essencialmente, a verdade expressa um acordo, enfatizando “a forma como utilizamos a linguagem para lidar com o mundo” (MORTARI; DUTRA, 2007, p. 13).

Também com relação à abordagem da questão da verdade na filosofia contemporânea, Jubien (2007) apresenta-a sob as visões metafísica e epistêmica. A primeira concepção é a das teorias de correspondência, fundamentadas no que aqui tratamos, sendo aquela que é a mais assumida pelas pessoas no cotidiano, pressupondo entidades independentes da mente humana que influenciam na afirmação da verdade sem por isso oferecer restrições às crenças (*beliefs*).

Na filosofia tomasiana, o conceito de verdade como adequação ou conformidade do intelecto e da coisa diz respeito à verdade lógica do pensamento humano, porém de fundamentação ontológica que pressupõe uma relação real anterior entre intelecto e coisa para a qual o ser corresponde a ser inteligível, como veremos mais adiante. Logo, tal adequação não pode ser reduzida à relação entre a representação e a coisa separada de toda representação.

Assim, apesar de acentuar o papel do intelecto no conhecimento da realidade, frente ao “realismo radical”³ de tradição platônica, Tomás de Aquino contribui para a compreensão de que

A verdade de que ela [a filosofia medieval clássica] fala é, sim, a do juízo, mas o juízo só é conforme à coisa porque o intelecto que o exprime tornou-se ele próprio, antes disso, conforme ao ser da coisa. É de sua própria essência poder tornar-se tudo por um modo inteligível (GILSON, 2006, p. 311).

Desse modo, se o intelecto afirma que algo é e o que é, “é porque o ser inteligível da coisa tornou-se seu” (GILSON, 2006, p. 312). A raiz dessa adequação identificada com o verdadeiro estaria na atividade intencional do espírito que concebe as coisas como são na realidade, pela

ou que "o singular, enquanto pensado, é pensado mediante propriedades comuns ou universais" (Landim Filho, 2008, p. 12); o universal, desse modo, teria seu fundamento no singular.

³ Convencionou-se denominar de realismo radical ou ingênuo a posição tradicionalmente platônica com relação à questão dos universais, que afirmava a existência real e separada destes, com o mesmo modo de ser que se apresentam no intelecto. Este teria, portanto, um papel contemplativo ou de espectador na atividade do conhecimento.



concordância anterior do intelecto humano com a realidade das coisas. Aliás, é tal inteligibilidade que possibilita sua apreensão pelo intelecto humano.

O desenvolvimento da exposição sobre o conhecimento na filosofia tomasiana é orientado à metafísica, na medida em que “todo o conhecer é conhecimento do ser” (SPIAZZI *apud* FAITATIN, 2008, p. 99), ou seja, a atividade gnosiológica se volta ao conhecimento do *esse* (ser) (Ibidem). Aquino (1999) retoma essa relação quando trata da verdade e do ser, atribuindo-lhes uma diferença de razão, a primeira estando principalmente no intelecto e o segundo, principalmente nas coisas, a noção de ser incluída na de verdade.

Parte-se de toda uma ordem metafísica que garantiria a universalidade necessária para pensar a verdade enquanto conhecimento do ser. Tal conhecimento ultrapassaria a apreensão da quiddidade por meio da abstração das coisas sensíveis em direção ao universal e imaterial e voltaria reflexivamente a si - o que o sentido é incapaz de realizar - e à conformidade com o ser, de modo que, para Tomás de Aquino, se conhece a verdade quando se conhece tal conformidade.

A verdade para Tomás de Aquino no *De Veritate*

Demoremo-nos mais em como Tomás de Aquino desenvolve o pensamento sobre o conceito de verdade como adequação no *De Veritate*. Ao questionar-se sobre a verdade, dialogando com o pensamento de outros filósofos medievais, o autor parte justamente da discussão sobre sua convertibilidade ao ente e desenvolve argumentos para sua resposta.

A qualidade de “verdadeiro”, diz ele, é uma atribuição ao ente que diz respeito a um modo próprio deste, qual seja, o do seu ajustamento ao intelecto. Dessa forma, como mais à frente esclarecerá, o verdadeiro é o ente ajustado ao intelecto, já que “a verdade das coisas existentes inclui em sua própria noção a entidade e lhe acrescenta a relação de adequação ao intelecto humano ou divino” (AQUINO, 1999, p. 243).

Essa verdade ontológica é o fundamento para a verdade propriamente intelectual, visto que o verdadeiro nada acrescenta à coisa senão a adequação. Assim, na medida em que algo participa do ser, torna-se cognoscível, visto que não haveria conhecimento se o objeto não fosse dotado de inteligibilidade. Conclui-se disso que o verdadeiro é o cognoscível conformado ao intelecto; a razão do verdadeiro incluindo a razão do ente.

Vale lembrar, contudo, que há leituras divergentes no debate sobre a relação entre verdade e ente em Tomás (PAZOS, 2022). Dewan afirma a mudança de posição quanto à questão abordada posteriormente na *Summa Theologiae*. Segundo a sua interpretação, não haveria uma forma



intrínseca chamada ‘verdade’ no ente, que dependeria do intelecto divino. Aqui, a verdade teria sua fundamentação apenas na noção de intelecto. Em contrapartida, Aertsen sustenta a consideração da noção de verdade tanto de modo lógico – tratando do ente de razão – como metafísico – que trata do ente natural.

Ainda nessa discussão, Pazos (2022, p. 21, grifo nosso) chama a atenção para o fato de que a noção mais apropriada de verdade está na relação de adequação, já que sem esta não há verdade, pois não há conhecimento: “É preciso, portanto, haver uma *conformidade* do intelecto com a coisa intelegida, assim como a coisa intelegida encontra-se, no processo de conhecimento verdadeiro, *ordenada* ao intelecto que a conhece”. A ênfase está nesse aspecto relacional que não permite que a verdade esteja apenas em um dos elementos.

De fato, toda a argumentação do filósofo na questão baseia-se nessa concordância que expressa que “todo conhecimento realiza-se pela assimilação do cognoscente à coisa conhecida” (AQUINO, 1999, p. 149). Ao intelecto cabe, por meio do processo de abstração, ir do particular ao universal, onde se encontra aquilo que é comum aos indivíduos daquela espécie, ou seja, sua essência. Essa abstração expressa tanto a atividade do intelecto como a realidade, de modo que realiza tal concordância.

Assim, apesar de considerar três definições de verdade - aquela como condição fundamental para o verdadeiro, o ser; a concordância ontológica propriamente dita entre ser e intelecto; e a verdade lógica do juízo, consequência da ontológica (GILSON, 2006) -, é mais correto afirmar que Tomás entende a entidade como precedente à noção de verdade e o conhecimento como efeito desta. O verdadeiro, logo, é “aquilo que é, ou seja, quando de alguma coisa que é, diz-se que é” (AQUINO, 1999, p. 151).

Em outras palavras, Tomás de Aquino considera que o verdadeiro é antes no intelecto do que nas coisas e antes no juízo intelectual, ou seja, no ato do intelecto componente e dividente, do que na formação da quiddidade. Quando o juízo, próprio ao intelecto, estabelece uma adequação ao que está fora, fala-se em verdade. Tal adequação, é importante lembrar, se dá tanto com relação ao intelecto especulativo o qual move, como, e primeiramente, ao intelecto prático que é sua causa, ou seja, tanto ao intelecto humano como divino.

O conceito de *adequatio* aparece então como responsável por uma unificação das noções de *veritas rei* e *veritas intellectus*. Interpreta-se que a primeira é aquela segundo a qual a coisa entraria em conformidade com o que lhe causa e a segunda é a noção que designa mais propriamente o ato do intelecto humano de se conformar à coisa, não o contrário (LEITE, 2007).



Conclui-se disso que apesar de não entender o intelecto humano como construtor da verdade, Aquino afirma que seu papel não é de receptáculo da “verdade da coisa” ou espelho da realidade, “a verdade e a falsidade existem sobretudo no juízo da alma, e a alma enquanto julga as coisas não é passiva diante delas, mas, de certo modo, principalmente ativa” (AQUINO, 1999, p. 261). O intelecto é abertura ao ser da coisa que seria a causa da verdade no intelecto, abertura originária do pensamento ao ser, “não como faculdade do indubitável, mas do universal” (POSSENTI, 1995 *apud* SPROVIERO, 1999, p. 85). É pela possibilidade da apreensão do ente que se pode dizer de um juízo sobre o tal que é verdadeiro.

Conformar-se à forma da coisa é a meta principal do intelecto humano, em sua função de conhecer o íntimo das coisas, ler dentro (*intus legere*). Conhecer a verdade é, para Tomás de Aquino, conhecer essa conformidade. Pode-se resumir que tal atividade passa pela percepção sensitiva, pela apreensão inteligível na qual conhecemos a quiddidade da coisa e se realiza no juízo, momento em que o intelecto reflete sobre si mesmo.

Ao diferenciar a verdade que é no intelecto daquela julgada pelos sentidos, Tomás destaca essa capacidade de reflexão, na qual “a verdade é conhecida pelo intelecto na medida em que o intelecto reflete sobre seu próprio ato, não somente por conhecer seu próprio ato, mas também por conhecer a proporção entre o próprio ato e a realidade” (AQUINO, 1999, p. 251).

Na realidade em que o intelecto se coloca em verdade, pois apreendendo a coisa tal qual é e em que o ser da coisa é ordenado ao intelecto, o pensamento filosófico-teológico tomasiano vê em Deus a verdade primeira, medida de todas as outras, pois causa do ser e do intelecto, de modo que a verdade das coisas estaria na sua relação de semelhança com o intelecto divino, cuja verdade é única.

Tal verdade primeira seria o critério último para a verdade buscada pelo ser humano no processo cognoscitivo e intelectual. A própria inteligibilidade das coisas que garante a inseparabilidade entre as verdades ontológica e lógica remete ao pensamento criador divino que dota as criaturas de caráter verbal (LAUAND, 1999). O “ser pensado” das coisas por Deus fundamenta a sua inteligibilidade para o ser humano. Assim, se constitui a realidade natural entre os cognoscentes divino e humano como receptora da medida por Deus e doadora da medida ao ser humano.

Conhecimento, conformidade e o cognoscente humano



Para Tomás de Aquino, o intelecto em ato se identificaria com o inteligível numa recepção objetiva ou intencional, cuja relação é íntima no processo de conhecimento, ao mesmo tempo em que a distinção ontológica permanece (GARDEIL, 2013). Tal identificação é possível pela própria natureza da alma, recapitulando Aristóteles (*De Anima*, III 8, 431b22-25), para o qual

a alma é, num certo sentido, todos os seres, os quais são realmente ou sensíveis ou inteligíveis; o conhecimento, de algum modo, identifica-se com o cognoscível, tal como a sensação, por sua vez, identifica-se de algum modo com o objeto sensível.

Sendo assim, há a possibilidade do conhecimento inicialmente pela proporção entre o intelecto e a natureza das coisas materiais. É natural ao cognoscente humano a abstração, em cujo processo se desenvolve o conceito como meio ou instrumento do conhecimento. Enquanto faculdade do universal, o intelecto não perde de vista o ente (COPLESTON, 2021).

Lembramos que a faculdade do intelecto tem como objeto próprio, em um primeiro momento, a essência ou quiddidade das coisas, mas como objeto adequado “o ser considerado em toda sua amplitude” (GARDEIL, 2013, p. 103). É o juízo afirmado sobre o ente que indica a inteligibilidade da realidade para a inteligência do ser humano como primeira constatação (AQUINO, 2022).

Lima Vaz (2001) interpreta como se dá esse processo do conhecimento humano em Tomás de Aquino tendo o ser como objeto inteligível no qual a inteligência se instala. Nele, o juízo pressupõe um retorno da abstração à inteligibilidade do existir, sendo uma expressão da conformidade da inteligência com o objeto, ou melhor, do reconhecimento desta pelo ser cognoscente.

Em outros termos, e recordando as três noções de verdade que Tomás expõe no *De Veritate*, entende-se que, por meio do descrito acima, o juízo no conhecimento humano é a manifestação da concordância do intelecto e da coisa - seu fundamento é essa relação real -, resultando daquilo que é verdadeiro e, dessa forma, se faz como intencionalidade em direção ao próprio ser.

É essa realidade relacional tendo o ente como princípio que encontra o ser cognoscente direcionado à afirmação do ente enquanto tal e, na atividade da reflexão, à percepção da identificação com o ser, ainda que em potência no ser humano. Ao pensá-lo, Tomás de Aquino trilha um caminho que vai do composto ao simples na gnosiologia, e desta à sua metafísica do ser.

Pode-se assim considerar, pois, como falamos no tópico anterior, um mesmo é o conteúdo inteligível da realidade que faz com que a coisa seja e possa ser conhecida pela pessoa. Ao realizar



a atividade genuinamente humana da busca por conhecer, o intelecto indaga *o que é* algo, intencionando o acesso a tal conteúdo por meio do exercício da racionalidade.

A verdade, portanto, passa pelo reconhecimento da mente como faculdade do universal e por isso potencialmente conforme à realidade no conhecimento. Na realização de sua leitura essencial e formulação de juízo frente à objetividade das coisas, o ato intelectual encontra a verdade como adequação.

Observamos, pois, que tal concepção clássica da verdade assume o que Oliveira (2003, p. 298) chama de “parentesco ôntico em tudo quanto é inteligível” e aponta para um desenvolvimento metafísico em função do ser humano em Tomás de Aquino, relacionando a cognoscibilidade do ser à ideia mencionada de Aristóteles sobre a alma. Esta, como “lugar onde o Ser se espelha” (OLIVEIRA, 2003, p. 299), ocupa o lugar do centro no conhecimento, enquanto abertura espiritual à realidade inteligível.

O conhecimento seria o tornar-se presente em acordo e assemelhação, que ocorre de modo progressivo, esclarecendo-nos que uma e mesma é a alma que deve passar pelos objetos sensíveis para alcançar o conhecimento e que está destinada a conhecer a verdade imutável. O intelecto que aspira, atinge o ser das coisas que já carregam em si uma inteligibilidade oferecida à inteligência. Quanto a esta, pode-se interpretar que cabe ao ser humano a tarefa de sua valorização - tendo em vista sua natureza - e a orientação para seu devido fim.

Edith Stein (2019) destaca esse caráter temporal e transcendental do conhecimento humano como progressivo encaminhamento para a meta ideal da verdade conhecida pelo intelecto divino. O retorno à existência, tendo em vista a verdade ontológica única da conformidade ao intelecto de Deus, teria, assim, sua consumação máxima n’Aquele que é. Aqui situado, o intelecto humano, por finalidade e responsabilidade, afirmaria o ser em seu juízo em um ato de conformidade com a realidade das coisas. Fora disso, haveria a falsidade.

Considerações finais

A partir do conceito de verdade como *adequatio*, buscamos introduzir o pensamento a respeito e indicar referências que fundamentam as relações entre ser e conhecimento em Tomás de Aquino, com relação ao conteúdo gnosiológico-metafísico da formulação do conceito, notadamente no *De Veritate*.

O realismo filosófico de onde nasce o conceito de verdade para o filósofo está presente desde o contexto intelectual em que surgiu o pensamento tomasiano e seu papel de síntese



destacado por Lima Vaz (2001), quando reabilita a sensibilidade como necessário ponto de partida do conhecimento humano, até o papel que a adequação assume na sua filosofia do conhecimento.

Quanto ao conceito de *adequatio*, apesar de sua simplicidade, sendo a concepção que melhor define a noção de verdade que as pessoas se utilizam no cotidiano, está em uma teoria bem elaborada e complexa cujo conteúdo relacional é, de certa forma, sintetizado pela própria noção da conformidade, possível por conta da inteligibilidade do ser e da finalidade do intelecto.

Em vista disso, situamos o ser cognoscente cuja função no conhecimento delimitada por sua natureza é a da assimilação de uma realidade distinta, por meio dos juízos que afirmam sua existência. Esta é uma atividade genuinamente humana e de realização humana, no sentido em que Gilson (2006, p. 335) expressa, de “esforço para atualizar suas possibilidades latentes, completar-se e realizar-se”.

Tais temas têm uma extensão importante na filosofia tomasiana e devem ser considerados em pesquisas que melhor recapitem e aprofundem os fundamentos do conhecimento em Tomás de Aquino, já que contribuem tanto para a compreensão de seu próprio pensamento filosófico, como também possivelmente às discussões na metafísica contemporânea.

Referências

AQUINO, Santo Tomás de. *Verdade e conhecimento*. Trad., estudos introdutórios e notas: Luiz Jean Lauand, Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *O ente e a essência*. Trad.: Eduardo Zaratini. Campinas: Ecclesiae, 2022.

ARISTÓTELES. *Da alma (De anima)*. Trad., textos adicionais e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

_____. *Metafísica*. Trad., textos adicionais e notas: Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2012.

COPLESTON, Frederick. *Uma história da filosofia*. Vol. 1: Grécia, Roma e filosofia medieval. Trad.: Augusto Caballero Fleck, Carlos Guilherme e Ronald Robson. Campinas: Vide Editorial, 2021.

FAITANIN, Paulo. *Versões da teoria do conhecimento de Tomás de Aquino: os conflitos hermenêuticos no século XX*. Aquinate, nº 6, 2008, p. 99-111.



GARDEIL, Henri-Dominique. *Iniciação à Filosofia de São Tomás de Aquino: psicologia, metafísica*. Trad.: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub, Carlos Eduardo de Oliveira. São Paulo: Paulus, 2013.

GILSON, Étienne. *O espírito da filosofia medieval*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JUBIEN, Michael. *Contemporary Metaphysics: an introduction*. Davis: Blackwell, 2007.

LANDIM FILHO, Raul. *A questão dos universais segundo a teoria tomista da abstração*. *Analytica*. v. 12, nº 2, 2008.

LAUAND, Luiz Jean. *Tomás de Aquino: vida e pensamento: estudo introdutório*. In: AQUINO, Santo Tomás de. *Verdade e conhecimento*. Trad., estudos introdutórios e notas: Luiz Jean Lauand, Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEITE, Thiago Soares. *Tomás de Aquino e o conceito de adequatio*. Dissertação - Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

MORTATI, Cezar A. DUTRA, Luiz Henrique de A. *Introdução*. In: TARSKI, Alfred. *A concepção semântica da verdade*. Trad.: Celso Braida [et al.]. Mortari, Cezar Augusto. Dutra, Luiz Henrique de Araújo. (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

OLIVEIRA, José Bacelar e. *Estudos de metafísica e ontologia: perspectivas de um horizonte filosófico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PAZOS, Matheus. *A definição de verdade em Tomás de Aquino: notas sobre De Veritate, I, 1 e Summa Theologiae, I, 16, 1*. *Philosophos*, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 1-27, jan./jun. 2022.

SPROVIENO, Mario Bruno. *A verdade e a evidência: estudo introdutório*. In: AQUINO, Santo Tomás de. *Verdade e conhecimento*. Trad., estudos introdutórios e notas: Luiz Jean Lauand, Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STEIN, Edith. *Textos sobre Husserl e Tomás de Aquino*. Trad.: Ursula Anne Matthias, et al. São Paulo: Paulus, 2019.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Ontologia e história*. São Paulo: Loyola, 2001.



Recebido: 22-02-2024

Aceito: 29-08-2024